



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

JERFERSON DO NASCIMENTO SILVA

**TRABALHO INFANTOJUVENIL E SEUS EFEITOS NA APRENDIZAGEM
ESCOLAR NA CIDADE DE BELÉM-PB**

**GUARABIRA-PB
2022**

JERFERSON DO NASCIMENTO SILVA

**TRABALHO INFANTOJUVENIL E SEUS EFEITOS NA APRENDIZAGEM
ESCOLAR NA CIDADE DE BELÉM-PB**

Trabalho apresentada à coordenação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III - Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para à obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Germana Alves de Menezes

**GUARABIRA-PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586t Silva, Jerferson do Nascimento.
Trabalho infantojuvenil e seus efeitos na aprendizagem escolar na cidade de Belém-PB [manuscrito] / Jerferson do Nascimento Silva. - 2022.
46 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação : Profa. Dra. Germana Alves de Menezes, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Trabalho infantojuvenil. 2. Educação. 3. Estatuto da Criança e do Adolescente. I. Título

21. ed. CDD 331.31

JERFERSON DO NASCIMENTO SILVA

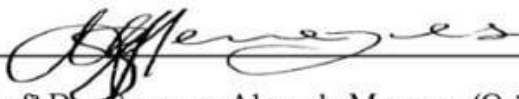
**TRABALHO INFANTOJUVENIL E SEUS EFEITOS NA APRENDIZAGEM
ESCOLAR NA CIDADE DE BELÉM-PB**

Trabalho apresentada à coordenação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III - Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para à obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

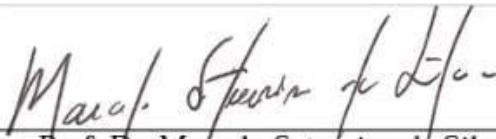
Área de concentração: Políticas Públicas e Educação.

Aprovada em: ____/____/____.

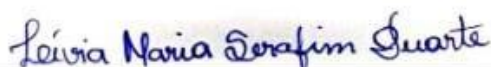
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dra. Germana Alves de Menezes (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Lívia Maria Serafim Duarte
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais e, em especial, aos meus avós (*in memoriam*), aos meus irmãos e a minha noiva, Anna Vitória, por todo incentivo e compreensão durante esta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus e à virgem Maria pelo direcionamento, proteção e livramento durante esta caminhada.

Agradeço aos meus pais, Edmilson do Nascimento e, em especial, a minha mãe, Francisca Josinete da Silva, por tudo e por tanto que fez e sempre faz. Além deles, também agradeço aos meus irmãos, Ednilson, Joana Darc e Vicente por todo incentivo e por acreditar que os sonhos se tornam realidades quando se busca com força e determinação.

A minha noiva, Anna Vitória, por todo carinho, incentivo e confiança de que eu seria capaz.

A minha orientadora, professora Germana Alves de Menezes, a qual foi de extrema importância para a realização deste trabalho. Obrigado pela paciência, compreensão e, acima de tudo, pelo carinho e credibilidade confiada a mim.

Aos meus colegas de classe e amigos (as), Wyara Carvalho e Josenildo Delfino, por todo apoio e incentivo. A Antônio Guedes, Estefânia Maria, Fernanda Lavynia, Anízio Trajano, Sayonara Bruna, Fabricio Pereira (*in memoriam*) e Eloise Fernandes, por todo companheirismo e trocas de conhecimento.

Aos professores do Curso de Pedagogia da UEPB. Em especial, Alba Lúcia, Germana Menezes, Lívia Serafim, Paulo Àvila, David Soares, Sheila, Beltrame, Marcelo Saturnino, Rita e aos demais que contribuíram em meu desenvolvimento ao longo deste percurso.

Por fim, agradeço aos funcionários da UEPB pela presteza e atendimento quando nos foi necessário e a todos que participaram desta caminhada junto a mim, principalmente aos grandes docentes que compõem o quadro acadêmico da UEPB - Campus III.

É impossível passar uma criança pelo purgatório de uma olaria sem degradar-se moralmente [...] todos estão esgotados pelo trabalho do dia que ninguém observa nem regras de higiene, nem de limpeza, nem de decência.

(MARX,2011)

RESUMO

O presente trabalho discute a violação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, que são vítimas da exploração do trabalho infantojuvenil na cidade de Belém - PB. Nosso problema de pesquisa volta-se para a questão da aprendizagem escolar dessas crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco social, que vêm desenvolvendo atividades remuneradas em desacordo ao que preconiza o ECA. Dessa forma, o estudo teve como objetivo maior investigar como vem acontecendo a aprendizagem desses alunos, que estão envolvidos em atividades laborais. A pesquisa de caráter qualitativo, foi realizada com um grupo de 12 estudantes do ensino fundamental II do município supracitado. Utilizamos como instrumento de pesquisa um questionário contendo questões abertas e fechadas. Os resultados dessa pesquisa apontam para a permanência desse grupo, que compreende a infância e a adolescência, inseridos no mercado de trabalho informal, e está em desacordo ao que preconiza o artigo 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e também fere a emenda Constitucional nº 98. A pesquisa constatou ainda que dividir o tempo entre trabalho e escola tira do grupo analisado alguns direitos que lhes são assegurados. Conclui-se que a sociedade brasileira precisa olhar com mais atenção para as crianças e adolescentes que vivem em situação de risco social, cujos direitos estão sendo constantemente negados.

Palavras-Chave: Trabalho infantojuvenil. Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente.

ABSTRACT

The present work discusses the violation of the fundamental rights of children and adolescents, who are victims of the exploitation of child labor in the city of Belém - PB. Our research problem turns to the issue of school learning of these children and adolescents who are in a situation of social risk, who have been developing remunerated activities in disagreement with what the ECA recommends. Thus, the study aimed to investigate how the learning of these students, who are involved in work activities, has been happening. The qualitative research was carried out with a group of 12 elementary school II students from the aforementioned municipality. We used as a research instrument a questionnaire containing open and closed questions. The results of this research point to the permanence of this group, which comprises childhood and adolescence, inserted in the informal labor market, and is in disagreement with what is recommended by article 60 of the Statute of Children and Adolescents - ECA and also violates the amendment Constitutional nº 98. The research also found that dividing the time between work and school takes away from the analyzed group some rights that are guaranteed to them. It is concluded that Brazilian society needs to look more closely at children and adolescents who live in situations of social risk, whose rights are constantly being denied.

Keywords: Child and youth work. Education. Child and Adolescent Statute.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização dos Estados Unidos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	14
2- REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1- Considerações a respeito da história da criança no Brasil.....	16
2.2- A LEI Nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.....	19
2.3 Um olhar para o uso indevido para a mão de obra infantil.....	20
2.4. A educação escolar como um direito de todos.....	23
3- METODOLOGIA DA PESQUISA	25
3.1- Tipo de pesquisa	25
3.2- Coleta de dados.....	25
3.3- Tipo de análise	26
3.4. Intraestrutura da escola.....	26
4. ANÁLISE E DISCUSSÕES	26
4.1. Apresentando o perfil dos participantes da pesquisa	27
4.2. A vida escolar do jovem trabalhador	29
4.3. A inserção precoce no mundo trabalho: fatos e consequências.....	333
4.4. A relação trabalho e escola: Consequências, desafios expectativas:	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE - Instrumento de pesquisa.....	46

1- INTRODUÇÃO

O interesse para falar do trabalho na adolescência surge através de dois aspectos distintos: o primeiro diz respeito a minha própria história de vida, já que, ainda com 15 anos, comecei a desenvolver atividades remuneradas. O segundo tem relação com as situações de exploração da força de trabalho de adolescentes com as quais me deparo no cotidiano de minha cidade, Belém-PB.

Belém tem, na atualidade, uma população de 17.098 habitantes (IBGE, 2010). Apesar de ser uma cidade com uma população considerada pequena, contemplamos adolescentes trabalhando na feira, pedintes, vendedores ambulantes mirins, trabalhadores de mercados, lavouras, lava-jatos, oficinas, lanchonetes, bares, restaurantes e casas de famílias.

Apesar de a Lei 8.069 (Estatuto da criança e do adolescente – ECA) estar em vigor há quase 32 anos, ainda está presente, no imaginário de muitos brasileiros, a ideia de que a inserção precoce das crianças e adolescentes no mundo do trabalho é algo normal, chegando, inclusive, a alegar que essa é uma forma de “não estarem roubando”, “se envolvendo com drogas” ou que estão “colaborando com suas famílias”. Essa forma de pensar é típica da sociedade capitalista que coloca o lucro acima de muitos valores humanos.

Sabemos, porém, que a desigualdade econômica contribui diretamente para a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho produtivo, trocando sua força de trabalho, sua infância e adolescência por algum dinheiro. Nesse sentido, LIRA (2021, p.21) adverte que o trabalho infantil é “aquele realizado por crianças e adolescentes antes dos limites de idade mínima para admissão ao trabalho, que conforme se faz definir na legislação brasileira.”.

No Art. 60, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) asservera que “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos” (Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p 36). Por ser um trabalho, mesmo que a atividade não seja remunerada ou insalubre, os indivíduos com idade inferior a 18 anos não podem desenvolver. É importante esclarecer, também, que a Emenda Constitucional 98 estabeleceu a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos. Apesar desses aspectos legais, essa situação de irregularidade é fortemente encontrada no município de Belém-PB.

Como mencionado, comecei a trabalhar na adolescência e essa experiência me fez compreender como é difícil estudar e trabalhar. Além disso, pude enxergar outros colegas

enfrentando o mesmo desafio e muitos desistindo de frequentar a escola por necessidade de continuar as atividades devido a diversos fatores, dentre eles o financeiro. Até os dias de hoje, continuo assistindo a esta realidade: crianças e adolescentes em atividades trabalhistas, inclusive em horário noturno, pilotando motos tarde da noite sem conhecer os riscos a que estão expostos.

Mesmo na condição de trabalhador, continuei meus estudos. Hoje, ao concluir o curso de pedagogia na UEPB, consigo ver, com mais clareza, as dificuldades que enfrentei e venho enfrentando, além de compreender como a educação é um possível (e talvez único) caminho para mudar esse cenário existente.

Apesar da existência de todo esse aparato legal e das inúmeras instituições que lutam em prol dos direitos desses sujeitos, uma questão desperta minha curiosidade acadêmica: como vem acontecendo a aprendizagem dos adolescentes que estão envolvidos em atividades laborais no município de Belém-PB?

Assim, o objetivo maior deste estudo foi o de investigar como se realiza a aprendizagem dos adolescentes que estão envolvidos em atividades laborais. Como objetivos específicos me propus a: descrever o perfil sociodemográfico dos pesquisados, verificar quais são as consequências que a inserção precoce no mundo do trabalho provocam no desenvolvimento desses sujeitos e buscar analisar o rendimento escolar dos adolescentes pesquisados.

Este trabalho de conclusão de curso está organizado, além da introdução, em três partes: os elementos da revisão da literatura, a metodologia, e a análise e os resultados encontrados na pesquisa de campo. Por fim, pontuamos a nossas considerações finais.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- Considerações a respeito da história da criança no Brasil

A análise da história social da criança no Brasil não pode se dar de modo separado da história da própria sociedade brasileira. Pertencemos a um país que tem, em sua origem, os povos nativos (conhecidos como índios), os descendentes europeus e os descendentes africanos. Nossa cultura é, portanto, um amálgama dessas três raças.

Contudo, temos que convir que, durante mais de século, a supremacia europeia prevaleceu na formação das novas gerações. As crianças eram tratadas como adultos em miniatura e, dependendo de sua origem de classe, estavam fadadas ao trabalho ainda na mais tenra idade.

Os padres da Companhia de Jesus, através da catequese, cuidavam de moldar os infantes aos interesses dos grupos econômicos dominantes. Esses padres tiveram, como missão, ensinar as crianças a ler, a escrever, a crença e os valores morais do ofício. Tudo era feito sob a intenção de tornar esses sujeitos cristãos e conduzi-los a ideia de que o trabalho torna o sujeito uma pessoa boa, honesta e obediente. Assim, os padres apresentaram o trabalho como a salvação divina.

No tocante às de origem africana, de acordo com os estudiosos do período, eram bem cedo apartadas de suas mães e iniciadas nas atividades laborais. Estudos relatam que era muito alto o índice de mortalidade infantil.

Às crianças de famílias abastadas era permitido o direito de estudar, principalmente as do sexo masculino. Já as de famílias pobres, muito cedo eram encaminhadas para a aprendizagem de algum ofício e, no caso das meninas, eram absorvidas pelo trabalho doméstico em casas de famílias favorecidas economicamente. Ainda no século XIX, a criança pobre era vista como um sujeito trabalhador que se tornaria “pessoa de bem”:

“Percebe-se que é de uma ingenuidade sem tamanho, imaginar que o trabalho precoce possa trazer alguma contribuição para a criança ou adolescente, pois pelo contrário, enquanto estes trabalham, seus estudos decaem, sua dignidade é desrespeitada, formando assim um círculo vicioso, onde a pobreza e a miséria aumentam a cada dia.” (PAGANINI, 2008, p. 8).

Entre os séculos XIX e XX, a exploração de crianças com salários inferiores aos dos adultos continuou. Nesse período, eram comuns os acidentes de trabalhos e mortes de crianças. A admissão de crianças nas indústrias oferecia vantagens aos patrões, pois elas recebiam bem

menos do que os adultos contratados.

No século XX, o trabalho passou a ser visto como uma espécie de remédio. As classificações dos indivíduos por normais, anormais e degenerados estava associada a estar ou não ocupado, fortalecendo a concepção de que o trabalho dignifica o homem. A criança e o adolescente da classe baixa que não tivesse com alguma ocupação era visto com maus olhos. O não desempenho em atividades laborais (a vadiagem) era considerado crime e os sujeitos eram encaminhados para trabalhos nas fábricas a fim de se reeducarem. Essa medida terminava por ocasionar o desemprego dos adultos e o aumento das crianças e dos adolescentes no trabalho.

No ano de 1927, foi criado o Código de Menores que era formado por um conjunto de leis referentes às crianças, mas a dicotomia entre os cuidados e os deveres desses sujeitos continuava distinguindo os ricos e os pobres. Conforme Menezes (2006:82), “Não havia por parte das autoridades competentes um investimento na proteção desses ‘menores’, estes continuavam à mercê da boa vontade de particulares, religiosos, grupos comunitários etc.”

No ano de 1944, através do Decreto-lei 6.865, um serviço que havia se iniciado em 1941, no Distrito Federal, foi estendido para todo o Brasil: tratava-se do Serviço de Assistência ao Menor – SAM. O órgão tinha como objetivo proteger os menores desvalidos e infratores. Porém, a forma coercitiva e as práticas abusivas de gestão levaram a sua extinção. (Cf. COELHO, 1997: 57).

Na década de 1960, começaram a esboçar alguns movimentos sociais em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, mas isso logo foi cortado pelo Estado que passou a agir como grande interventor e responsável pela assistência e pela proteção à *infância pobre* e à *infância desviante* (MARCÍLIO, 1998:224, Apud Menezes, 2007:83).

A partir dos anos 1970, a luta pelos direitos da criança e do adolescente ganhou nova visibilidade. Em 1979, o Estatuto do Menor trouxe consigo a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM. (Cf. MARCÍLIO, 1998:226, apud MENEZES). A FUNABEM, criada a partir da Lei 4.513/64, tinha como objetivo formular e implantar a política nacional do bem-estar do menor, mediante o estudo do problema e do planejamento das soluções, além da orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executavam essa política.

Na década de 1980, o país passava por um forte momento de luta política. Como se sabe, essa década ficou conhecida como “a década perdida” no que se refere ao desenvolvimento econômico, porém rica em movimentos sociais e políticos. Segundo Menezes (2006), foram anos de aumento da pobreza, de alta nas taxas de desempregos e inflação desmedida. Em meio

a essa movimentação, a luta em prol dos direitos da criança e do adolescente se intensificou, tendo a frente a Pastoral do Menor e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Esses fatos contribuíram para que a Assembleia Constituinte incorporasse à Carta Constitucional os Artigos 227 e 228, os quais apresentam uma nova forma de tratar a criança e o adolescente brasileiros:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Constituição Federal. Art. 227).

“São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.” (Constituição Federal. Art. 228).

A luta então passou a ser pela regulamentação desses direitos, assim como pela sua implantação e implementação. Após dois anos de incansáveis reivindicações, a nação brasileira viu, no dia 13 de Julho de 1990, o Congresso Nacional e a Câmara Federal aprovarem, simultaneamente, a Lei 8.069/90, que ficou conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e a regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição.

A Lei entrou em vigor no dia 12 de outubro do mesmo ano, revogando o Código de Menores. Garcia (et. al 1993:23 apud. Menezes, 2006:85) afirma que a Lei 8069/90 não é apenas uma lei avançada, ela expressa um dos raros e bem sucedidos exemplos de positivação de um direito que se fez insurgente pela força dos movimentos sociais.

Contudo, Menezes (2006:85) coloca que “A passagem de uma postura a outra exige conhecimentos e implicações políticas. Exige-se romper as amarras, com as quais, durante décadas, se esteve aprisionado”.

2.2- A Lei N° 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente

A partir da promulgação da lei N° 8.069/1990, que ficou nacionalmente conhecida como *Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA*, as crianças e adolescentes passaram a ser vistos como pessoas de direitos, sendo capazes de participar do seu próprio processo formativo, pois passaram a ter o direito de interpretar o mundo, de avaliar e discutir sobre os seus direitos. O ECA veio para explicitar o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988. De acordo com essa Lei, é dever do estado garantir as condições necessárias e adequadas para que o desenvolvimento possa ser sadio.

“A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Observamos, assim, como é necessário compreender que se trata de pessoas em fase de desenvolvimento que devem ser tratadas com dignidade. Antes eram tratados sem nenhum direito, hoje temos leis que surgiram ao longo dos anos para protegê-los. O artigo 53° assim se expressa:

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV - direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” (BRASIL, Estatuto Da Criança E Do Adolescente, 1990).

Contudo, é necessário que a própria sociedade verifique se a lei está sendo cumprida, pois é dever de todos garantir o bem-estar dessas pessoas que se encontram em fase de desenvolvimento. A efetivação da lei passa pela adoção de novos códigos sociais, novas sensibilidades, ou um novo olhar para a infância e adolescência que considere suas especificidades – desafios para a educação. Ainda convém lembrar que todos devem manter a criança e o adolescente protegidos de qualquer perigo ou atividades que venham prejudicar seu desenvolvimento e interferir no convívio familiar.

2.3- Um olhar para o uso indevido da mão de obra infantil

De acordo com LIRA (2021), o trabalho humano é considerado o único capaz de mudar a natureza. Além do mais, só o homem tem condições de mudar o meio em que vive. Portanto, cada vez que ele se satisfaz criam-se outras necessidades.

O trabalho, na concepção marxista, tem o homem como um ser diferente de todas as criaturas, pois ele é o único ser que pensa, sendo que torna-se necessário, para sua própria existência, a necessidade de produzir e reproduzir. Para isso, é preciso que o ser humano desenvolva meios para suprir suas necessidades de sobrevivência e isso ele conseguirá através do trabalho. Segundo LIRA (2021), “Se o trabalho é fundante do ser social, o ser social é fundado por este. Ou seja, tudo o que dele vier é fundado pelo trabalho.” (LIRA, 2021, p. 46)

No entanto, para LIRA (2021), “os meios de trabalho por sua vez expressam o nível de desenvolvimento humano e as condições nos quais este se realiza” (LIRA, 2021, P 54). Através do processo do trabalho, os homens transformam os objetos por meio de atividades que se concretizam pelo uso de instrumentos. Desse modo, tem-se que o processo de trabalho acaba quando se conclui o produto e concluído o processo, o trabalho se fez incorporar ao objeto sobre o qual atuou, transmitindo, assim, a sua própria cultura.

O homem produz e se reproduz mediante o trabalho. Quando ele produz, idealiza e logo ao concluir materializa algo de utilidade e esse objeto construído terá valor aos olhos capitalista. Se não houver, finalidade não se considera mercadoria, tampouco o trabalho será enxergado, pois o que o homem produz sem valor, para o capitalismo, perde até o tempo dedicado na conclusão do objeto de trabalho.

O valor dado ao trabalho, na sociedade capitalista, está ligado diretamente ao processo de valorização das mercadorias porque o trabalho é o único meio para construção de mercadorias que detém o mercado de vendas e consumo na construção de riquezas. Quando o sujeito não executa o trabalho para fins capitalistas, de acordo com LIRA (2021), “O que se produz não é mercadoria é apenas valor de uso para quem o produziu ou para outrem, o trabalho executado não terá valor algum.” (LIRA, 2021, P 55) O sistema capitalista está preocupado apenas com a produção em massa que supra o consumo da sociedade e não com a produção para a própria satisfação.

O homem, antes de vender sua mão de obra, desenvolvia o trabalho para a própria satisfação e realização. No momento em que o capitalismo passa a comprar a força muscular, os indivíduos se tornam meios de produção dentro da engrenagem capitalista, devido aos

burgueses serem os donos dos grandes meios de produção, fabricas e máquinas.

Mas, se é o proletariado quem produz as mercadorias, então por que o proletariado não é o dono da mercadoria que produz? Por conta do antagonismo entre o empregador e o empregado: enquanto o burguês está preocupado em aumentar sua riqueza, o proletariado pensa em melhores condições de trabalho.

No entanto, com a modernidade, o trabalho exercido pela força foi perdendo lugar para as máquinas, surgindo, assim, a necessidade de trabalhadores flexíveis e mais rápidos na execução das atividades de produção, processo que culminou em desemprego dos adultos e na entrada precoce de crianças e adolescentes no ambiente de trabalho.

Na industrialização, não necessitavam da força muscular, mas de pessoas com membros mais flexíveis para conduzir os trabalhos em máquinas. Essas pessoas eram crianças e adolescentes, pois conseguiam desenvolver as atividades mais rápido e as condições de trabalho seriam mínimas. LIRA (2021) destaca que “o trabalho infantil não é algo novo, contudo foi sob os pressupostos do capitalismo que este vem crescendo em maiores proporções e sob um maior nível de exploração.” (LIRA, 2021, p. 69)

“A necessidade de crescimento e expansão da acumulação do capital faz engendrar o descarte da produção de trabalhadores, em que se faz configurar o aumento crescente do desemprego, contraditoriamente, na mesma proporção, engendra, também, o trabalho precarizado e em consequência a exploração do trabalho infantil.” (LIRA, 2021, p. 71)

Segundo LIRA (2021, p.83), a preocupação com a exploração do trabalho infantil sempre foi latente nos trabalhadores adultos. Essa preocupação está associada não só à ameaça ao emprego da pessoa adulta, visto que a força de trabalho infantil se obtinha a baixo custo, como também aos valores morais e aos riscos que podem ocasionar à saúde física e psicológica das crianças e adolescentes.

Vale destacar que o a exploração do trabalho infantil, na contemporaneidade, é resultado de múltiplos fatores determinados pelo capitalismo contemporâneo. O capitalismo remete diretamente ao aumento do desemprego que implica diretamente no trabalho e na sua precarização, como também no aumento da pobreza e na omissão do Estado em que crianças e adolescentes, em processo de desenvolvimento, são impostas pela realidade econômica e social a buscar precocemente ocupações laborais que permitam o atendimento para suprir ao menos suas necessidades básicas e imediatas.

Em virtude dos fatos mencionados, LIRA (2021) faz um questionamento sobre o

trabalho infantil, o porquê de ainda se ter com frequência crianças e adolescentes em atividades trabalhistas desde cedo:

“A incidência da exploração do trabalho infantil é impactada por determinações advindas da esfera da produção e reprodução social, estando relacionada diretamente com as condições econômicas, históricas e sociais existentes, instigando a reflexão sobre o significado do trabalho infantil no contexto da exploração da força humana de trabalho na sociedade capitalista, cuja incidência é impactada por seus contextos específicos de crise, depressão e expansão.” (LIRA, 2021, p. 141)

LIRA (2021) afirma ainda que fica notório que o trabalho infantil está ligado diretamente às condições econômicas, como também históricas e sociais, que vêm sendo exploradas pelo capitalismo vigente em meio à sociedade.

Contudo, se faz necessário destacar o trabalho infantil doméstico, que são as atividades realizadas no ambiente familiar, por ser um trabalho mais realizado por meninas que são ensinadas desde a infância sobre sua responsabilidade de cuidar da casa. PAGANINE (2011) ressalta que “o trabalho infantil doméstico realizado por meninas encontra-se em grande quantidade, entretanto, é ocultado na maioria das vezes, pois devido ocorrer no âmbito domiciliar, sua exploração acaba não sendo visualizada pela sociedade.” (PAGANINE, 2011, P 17).

Por ocorrer dentro das casas de famílias, muitas vezes não é enxergado, pois, além de estar em um local não visto aos olhos da sociedade ou da própria família, é um trabalho que impõe à criança ou ao adolescente diversas explorações, dentre elas a sexual.

Dados de pesquisas apresentadas por PAGANINE (2011) demonstram que, em todas as faixas etárias a região do Nordeste, encontra-se um maior percentual de crianças e adolescentes trabalhando, diferente da região sul que apresenta idade de adolescentes trabalhando entre 16 e 17 anos de idade com percentual de 80,9%.

Tal fato está relacionado à pobreza extrema que predomina na região Nordeste, segundo PAGANINE (2011): “Frente à situação de pobreza que estão expostas, as crianças e os adolescentes, se sentem obrigados a assumirem atividades remuneradas para ajudarem na manutenção da família” (PAGANINE, 2022, P 15).

Segundo PAGANINE (2011), a inserção de crianças e adolescentes em jornadas de trabalho tão extensas acaba trazendo consequências para o desenvolvimento das potencialidades, estudos, brincadeiras e convívio familiar: “O direito de ser criança e adolescente acaba sendo prejudicado, na maioria das vezes deixando lugar para as altas jornadas de trabalho.” (PAGANINE, 2011, P 21).

Quando isso ocorre, infelizmente, são prejudicados em todas as áreas de suas vidas,

inclusive na área educacional, visto que as elevadas horas de trabalho resultam na privação de seus direitos, como também o cansaço impossibilita a frequência escolar. Segundo PAGANINE (2021):

“Devido a esta realidade, conseqüentemente os reflexos na taxa de frequência escolar não foram dos melhores, afinal, para realizar o trabalho, crianças e adolescentes acabam se afastando da escola e conseqüentemente o cansaço e o atraso escolar não incentivam mais o possível retorno.” (PAGANINE, 2022, p. 17)

Percebe-se que, para a autora, a partir do momento que crianças e adolescentes passam a trabalhar durante horas, o tempo que seria destinado para educação e lazer acaba sendo suprimido, já que eles apenas sobrevivem e não desfrutam da sua infância ou de sua adolescência como deveriam, perdendo sonhos, fantasias e elementos essenciais para formação de sua vida. No que se refere à incorporação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal, a inserção precoce em atividades laborais surge devido:

“A deficiências das políticas públicas para educação, saúde, habitação, cultura, esportes e lazer, além da ineficácia da fiscalização do trabalho, para cumprimento da lei. Por outro lado, expressa os efeitos perversos da má distribuição de renda, do desemprego, dos baixos salários, ou seja, de um modelo econômico que não contempla as necessidades do desenvolvimento social.” (BATISTA, 2012, p. 39)

Para BATISTA (2012), é necessário que as políticas públicas sejam mais intensificadas e que as fiscalizações se façam mais presente na erradicação do trabalho infantil, como também as distribuições de renda que contribuem para o enfrentamento da pobreza possam alcançar os mais afetados e as oportunidades de empregos que são ofertadas aos jovens sejam dadas aos pais para contribuir no enfrentamento da erradicação do trabalho infantil.

2.4- A educação escolar como um direito de todos

A educação passou a ser um direito de todos desde a constituição federal de 1988, em seu Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988) Além do mais, o Art. 206, inciso I – diz que: “O estado deve garantir, a Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. (BRASIL, Constituição Federal, 1988)

A escola, ao tomar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará eleger, como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja

aprendizagem e assimilação são as consideradas essenciais para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres.

O ambiente educacional tem um papel essencial na sociedade e tem como função trazer a formação do caráter, valores e princípios morais que direcionam o estudante a utilizar os conhecimentos aprendidos de maneira eficaz para que sejam aplicados em benefício de si e da sociedade para uma realidade melhor.

A respeito do direito à educação para toda criança e adolescente, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), através da lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, capítulo IV, Art. 53, diz que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990)

É por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que esses seres passaram a ser mais reconhecidos e terem prioridade para o estado. Este passou a assumir com mais veemência suas obrigações no tocante aos menos favorecidos.

Além do mais, a educação passa a ser oferecida por ações governamentais que conduzem o atendimento efetivo das crianças e adolescentes nas creches, pré-escolas, no ensino fundamental e ensino médio, além do atendimento especializado às pessoas portadoras de deficiência. Segundo FERREIRA (2008), isso “Assegurou a obrigação de garantir ensino noturno regular ao adolescente trabalhador e o desenvolvimento de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” (FERREIRA, 2008, P 57)

A Lei das Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, apresenta, em seu Art. 1º, “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”. (BRASIL, Lei das Diretrizes e Bases da educação brasileira, 1996).

Entretanto, no título II, Art. 2º, “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, Lei das Diretrizes e Bases da educação brasileira, 1996).

Esse inciso compreende o conjunto de finalidades que transpõem a educação, ou seja, a educação é dever da família, pois a família (pai, mãe ou seu responsável) tem a obrigação de efetuar a matrícula do educando, cabendo ao Estado garantir o acesso e permanência com o objetivo de buscar o absoluto desenvolvimento do estudante como cidadão, preparando-o para

o exercício da cidadania e qualificação para mundo do trabalho.

Contudo, precisamos entender que, apesar da Constituição brasileira assegurar educação básica para todos, as desigualdades sociais e econômicas que estão presentes na sociedade brasileira fazem com que o acesso e permanência nesta instituição não aconteçam por igual e ainda atribuem aqueles que ficam pelo caminho ao peso do fracasso escolar.

3- METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo exploratório que se configura como um estudo de campo, considerando ter como fontes de informação um único grupo de pessoas: estudantes do ensino fundamental II que se encontram envolvidos em atividades laborais remuneradas.

De acordo com Minayo (1994, p. 13), “o objeto das ciencias sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordantes”. Partindo dessa compreensão, entendemos que a metodologia qualitativa é a que melhor atende aos nossos interesses de pesquisa, numa perspectiva de irmos a campo, conhecermos os nossos sujeitos da investigação, sabermos de sua vida, de suas experiencias e expectativas.

3.1- Público-alvo

O público-alvo desta pesquisa foi os alunos que fazem parte de uma das escolas do município de Belém-PB, zona urbana. A escolha por esse grupo se deu a partir da localização desses sujeitos e da sua livre opção para participarem da pesquisa.

De início, foram contactados vinte alunos, mas nem todos desenvolviam atividades remuneradas. Desse grupo, dezesseis dos alunos desenvolvem atividades laborais, entretanto, apenas doze decidiram participar da pesquisa, pois os demais se sentiram inseguros.

3.2- Coleta de dados

Como instrumento de pesquisa, foi utilizado um questionário para que, em seguida, fosse devolvido (ver modelo do instrumento de pesquisa em Apêndice I).

Vale salientar que na ocasião da pesquisa, estávamos no auge da pandemia do Covid-19, o que nos fez seguir, de modo rigoroso, todos os protocolos exigidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

3.3- Tipo de análise

Na análise dos dados, a partir da categorização, buscou-se fazer uma interpretação de modo a considerar não apenas a quantificação das informações, mas de torná-las contextualizadas.

Para isso, foi empregada a Análise de Conteúdo, um dos métodos mais utilizados para análise de dados qualitativos que, segundo Malheiros (2012), é a “Análise de conteúdo que tem o propósito de, ao fim, identificar causa e/ou consequências de um determinado evento.” (MALHEIROS, 2012, P. 208). Como coloca o autor referido, tudo que se transmite em uma mensagem pode ser submetida a uma análise de conteúdo, sendo assim, toda manifestação humana, por mais simples que seja, comunica a interpretação de um fenômeno.

3.4- Infraestrutura da escola

A pesquisa foi desenvolvida numa escola município de Belém-PB, tendo como campo investigativo a escola ABM, localizada na zona urbana, com alunos do 8º e 9º ano.

O local da pesquisa foi escolhido através de uma visita, pois foi identificado, através de um diálogo com a gestora e um professor, que a escola atende a maior parte dos alunos da zona rural e da periferia, já as demais escolas atendem a classe média e alta do município.

O colégio Estadual é em tempo integral, com o ensino de segundo grau e técnico.

4- ANÁLISE E DISCUSSÕES

Neste item, estão sendo apresentados os dados da pesquisa de campo. Para essa apresentação, o trabalho foi dividido em quatro partes, a saber: A primeira apresenta os participantes da pesquisa, enquanto, na segunda, busca-se apresentar a vida escolar dos jovens entrevistados. Na terceira parte, tratamos da inserção precoce desses entrevistados no mundo do trabalho, para, por fim, apresentarmos algumas questões referentes à realização dessas duas atividades ainda na adolescência. Nossa metodologia de trabalho para este item foi a de apresentar cada parte e trazer breves reflexões.

4.1- Apresentando o perfil dos participantes da pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram os alunos de uma escola pública do município de Belém-PB aqui identificada pelas iniciais ABM. A escola foi escolhida devido ao fato de receber alunos de todas as localidades do município.

A pesquisa contou com a colaboração de 12 participantes que apresentam o seguinte perfil: são alunos do ensino fundamental II cuja faixa etária encontra-se assim distribuída: dois têm 14 anos de idade, três estão com 15 anos de idade, três têm 16 anos e quatro, 17 anos. Quanto ao local de moradia se dividem entre campo e cidade: 11 (onze) residem na zona urbana e apenas 1 (um) na zona rural (ver tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Faixa etária:

Idade	Informantes
14 anos	B, F
15 anos	A, G, H
16 anos	E, L, M
17 anos	C, D, I, J

Fonte do próprio pesquisador

Tabela 2- Informações da localidade:

Localidade	Informantes
Urbana	A, B, C, E, F, G, H, I, J, L, M
Rural	D

Fonte do próprio pesquisador

Quanto à questão de gênero e à cor da pele, as respostas obtidas apresentam a seguinte configuração: oito se autodeclararam do sexo masculino e quatro do sexo feminino, tendo maior incidência o gênero masculino em atividades trabalhistas. Questionados sobre sua cor, nove pesquisados se consideram pardos, um se declarou branco e dois se declararam pretos. (Ver tabelas 3 e 4).

Tabela 3 - Informação de gênero:

Gênero	Informantes
Masculino	B, C, D, F, G, J, L, M
Feminino	A, E, H, I

Fonte do próprio pesquisador

Tabela 4 – Declaração de cor da pele:

Cor da pele	Informantes
Branco	G
Parda	A, B, C, D, E, H, I, L, M
Preto	F, J

Fonte do próprio pesquisador

Questionados sobre as pessoas com quem residem, os informantes assim responderam: três informantes responderam que moram com mais duas pessoas; dois informantes responderam que residem com três pessoas; dois dos informantes responderam quem moram com quatro pessoas; dois informantes declararam que residem com cinco pessoas e os outros três responderam que residem com seis pessoas (ver tabela 5).

Tabela 5 – Quantidade de pessoas que residem com o informante:

Informantes	Residentes com os informantes
C, E, G	Três pessoas
F, H	Quatro Pessoas
B, I	Cinco Pessoas
A, M	Seis Pessoas
D, J, L	Sete Pessoas

Fonte do próprio pesquisador

No que se refere à quantidade de familiares residentes com os entrevistados, foi questionado também quantos, além dele, desenvolvem alguma atividade trabalhista: Dois informaram que apenas a mãe trabalha; um informou que apenas seu irmão; cinco declararam que, no momento, só ele quem trabalha e quatro disseram que o pai trabalha.

Tabela 6: Familiares que desenvolvem atividades trabalhistas:

Identificação	Familiares
A e G	Mãe.
B	Irmão.
C, E, I, J e M	Não trabalham no momento.
D, F, H e L	Pai.

Fonte próprio pesquisador

Analisando o perfil desses jovens, podemos inferir que, por serem de origem pobre, não possuem boas condições de vida e residirem com cinco ou seis pessoas no mesmo imóvel com condições financeiras precárias, implica diretamente na ida em busca de atividades laborais remuneradas.

No entanto, o que ocorre com esses sujeitos é a exploração, restrição à liberdade, redução da autonomia e da autodeterminação, redução de capacidades, fragilização de laços de convivência, rupturas de vínculos e outras tantas situações que aumentam a expectativa de um resultado negativo na vida dos adolescentes e que contribui ainda mais no círculo da pobreza. PAGANINI (2014), analisando situações semelhantes, observa: “O tempo que lhes seria reservado para brincadeiras, estudos, é usado por responsabilidades, afazeres, preocupações, enfim, é substituído pela vida de adulto” (PAGANINI, 2014, P 15).

A família pobre aparece como a face mais cruel da desigualdade econômica e da diferença social que atinge todos os membros da família, principalmente os adolescentes, momento em que acontece a estimulação e precipitação da ida às ruas, para o mercado de trabalho ou até mesmo para marginalidade, podendo ocasionar o abandono da escola. A fim de contribuir no sustento familiar, eles comprometem o desenvolvimento dos adolescentes.

4.2- A vida escolar do jovem trabalhador

A escola tem o papel de educar, incluindo acionar os meios intelectuais de cada estudante para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais, como também fornece potencial de transformação de si mesmo e da sociedade, possibilitando aos sujeitos a capacidade de administrar o seu próprio processo formativo.

No que diz respeito ao processo de escolarização, nossos informantes se encontram assim distribuídos: Seis estão cursando o oitavo (8º) ano, e seis estão cursando o nono (9º) ano. Quanto ao turno de suas aulas, nos informaram que: sete estudam no turno matutino e cinco declararam que estudam no turno vespertino. (Ver tabelas 6 e 7)

Tabela 7 - Informação sobre o ano escolar:		9º Ano	A, B, C, D, E, F
		Fonte do próprio pesquisado	
Ano escolar	Informantes	Tabela 8 - Horário que frequentam a escola:	
8º Ano	G, H, I, J, L, M	Turno	Informantes

Matutino	A, B, C, G, H, I, J
Vespertino	D, E, F, L, M

Fonte do próprio pesquisador

Também perguntamos aos participantes da pesquisa sobre o aproveitamento escolar, se eles já foram reprovados alguma vez: três dos informantes responderam que já foram reprovados, e os outros nove informaram que não foram reprovados. (Ver tabela 8)

Tabela 9 – Sobre o aproveitamento escolar

Situação escolar	Informantes
Reprovaram	A, D, J
Não reprovaram	B, C, E, F, G, H, I, L, M

Fonte do próprio pesquisador

O conhecimento é construído através da curiosidade e determinação do aluno, pois ele se identificará por uma área do conhecimento em que terá mais facilidade de se desenvolver. Questionando os entrevistados sobre as matérias de sua maior preferência de estudo, responderam o seguinte: matemática e história, pois esses entrevistados desenvolvem atividades que trabalham com quantidade e números (o entrevistado C é moto-boy e lida com pagamentos aos clientes, F é garçom e o aluno M trabalha na feira e também é moto-boy). Quando questionados sobre o que menos preferem, informaram que: matemática e português. Mesmo que alguns trabalhem com questões de quantidade e números, têm dificuldade na matéria de matemática (ver tabelas 9 e 10).

Tabela 10 – Sobre as matérias de maiores

preferências de estudo:

Matéria que sente menos dificuldade	Informantes	Matéria	Informantes
Arte	D	História	A J
Biologia e matemática	H	Geografia	G
Ciências	L	Matemática	C, F, M
		Português	B, I
		Química	E

Tabela 11 – Sobre as matérias de menores preferências de estudo:

Disciplina que sente mais dificuldade	Informante
Física	I

Fonte do próprio pesquisador

História	M
Matemática	A, B, D, E, G, L
Português	C, F, H
Português e geografia	J

Fonte do próprio pesquisador

Acerca das consequências do trabalho na vida do adolescente, oito deles responderam que, apesar do cansaço, se sentem bem; já dois informaram que não ficam cansados e outros dois declararam que ficam exaustos (ver tabela 11).

Tabela 12 - Consequências do trabalho na vida do adolescente:

Sensação	Informantes
Cansado	B, D, E, F, G, H, J, L
Não sente cansaço	A, C
Exausto	I, M

Fonte do próprio pesquisador

Consultados sobre o intervalo entre o período dedicado à escola e à atividade laboral, nossos pesquisados assim responderam: dois informaram que descansam uma hora entre escola e o trabalho; dois declararam que descansam uma hora e trinta minutos, cinco informaram que descansam duas horas; um declarou que descansa quatro horas entre escola e a atividade remunerada; um descansa cinco horas para poder ir ao local de trabalho e apenas um declarou que descansa seis horas para poder ir para o labor. (Ver tabela 12)

Constata-se, assim, que o intervalo entre o horário da escola e do trabalho, na maioria das vezes, é curto, não tendo tempo para o descanso e outras responsabilidades do dia.

Tabela 13 - Descanso entre a jornada de escola e a de trabalho:

Descanso	Informante
Uma hora	F, I
Uma hora e trinta minutos	E, G
Duas horas	A, D, H, L, M
Quatro horas	J

Cinco horas	C
Seis horas	B

Fonte do próprio pesquisador

Dividir o dia entre estudar e trabalhar requer muita dedicação, pois, além de ser uma responsabilidade a mais, o cansaço e outros fatores podem ocasionar a perda de foco na aprendizagem.

Para esses entrevistados, a atividade remunerada tem causado interferência na aprendizagem. Segundo os entrevistados: onze declararam que o trabalho tem atrapalhado na sua aprendizagem e apenas um declarou que a atividade laboral não atrapalha na sua aprendizagem (ver tabela 13).

Tabela 14 – Interferências das atividades remuneradas na aprendizagem:

Aprendizagem	Informantes
Atrapalha	A, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M
Não atrapalha	B

Fonte do próprio pesquisador

A reprovação no ano letivo é um dos fatores que faz referência com o contexto social do aluno e um dos motivos que faz ocorrer à repetição do ano escolar é a frequência em atividades laborais desde a infância e adolescência. Ademais, o trabalho retira dos adolescentes seus direitos assegurados na constituição de 1988.

Ao cruzarmos as informações da tabela I com as da tabela IV, constatamos que há uma distorção idade-série (ano escolar).

Além de terem que desenvolver a atividade laboral, também estão sendo privados da convivência, dos jogos e brincadeiras, da prática de algum esporte ou de atividades culturais, como os entrevistados mencionaram: F e I falaram que têm um descanso entre a escola e o trabalho de uma hora, fato que vem prejudicar o desempenho escolar. Segundo LIRA (2021), “Ter uma jornada de trabalho excessiva, rebate diretamente na privação da convivência familiar, de brincadeiras e atividades sociais e, especialmente, no seu rendimento escolar”. (LIRA, 2021, P 24).

À medida que o adolescente realiza o trabalho antes da idade mínima permitida, pode causar atraso no ano escolar, exaustão física e mental, perda de concentração, dificuldade e

queda no rendimento pessoal e profissional. Fazendo referência à LIRA (2001) e as declarações dos informantes, é notório que a atividade laboral prejudica seu rendimento escolar, pois, na maioria das vezes, o tempo entre a escola e o trabalho é curto e a atividade remunerada os deixa cansados.

4.3- A inserção precoce no mundo trabalho: fatos e consequências

Na sociedade capitalista atual, o trabalho remunerado é interpretado como uma atividade que não só permite o sustento da pessoa e de seus dependentes, assume também uma carga moral. Essa visão, enquanto trabalho como formação de caráter, termina por escamotear os motivos reais da inserção de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. Assim, se vincula a ideia de que se deve iniciar no mundo do trabalho ainda na adolescência.

Nossos entrevistados, apesar da pouca idade, desenvolvem atividades laborais remuneradas sem vínculos empregatícios. Essas atividades estão assim distribuídas: dois dos entrevistados trabalham como atendente em uma loja de construção e a outra em loja de roupas; dois são ajudantes em supermercado; duas entrevistadas informaram que são trabalhadoras domésticas; dois informaram que trabalham como garçom; um respondeu que trabalha como entregador (motoboy); um informou que desenvolve atividades como feirante e como entregador (motoboy) e um outro pesquisado informou que trabalha como garçom e na agricultura (ver tabela 14).

Tabela 15- Atividades exercidas pelos entrevistados:

Atividades trabalhistas	Informantes
Atendente (loja de construção e roupa)	E, H
Ajudante em supermercado	G, L
Doméstica	A, I
Garçom	J, B, C
Motoboy	F
Feirante e Motoboy	M
Trabalhador agrícola e Garçom	D

Fonte do próprio pesquisador

Quanto à remuneração pelos serviços prestados: dez dos pesquisados recebem seu pagamento em dinheiro, já os outros dois que fazem parte da entrevista responderam que

recebem em dinheiro e comida, pois inicia o trabalho às 17h. Como é cedo, não dá tempo de jantar em sua residência. (Ver tabela 15)

Tabela 16 – Formas de remuneração pelos serviços prestados:

Pagamento	Informantes
Dinheiro	A, B, C, D, E, G, H, I, L, M
Dinheiro e comida	F e J

Fonte do próprio pesquisador

Quanto aos valores recebidos e a que se destina tal remuneração, o valor foi assim apresentado: um informante declarou que sua renda é variável e o seu dia trabalhado é R\$50,00; três informaram que sua renda mensal é R\$300,00; um declarou que recebe R\$400,00; dois disseram que recebem R\$600,00; três declararam que recebem ao mês R\$800,00; um informou que recebe por mês o valor de R\$880,00 e apenas um dos alunos não quis informar quanto recebe. Os pesquisados informaram que parte dessa renda é direcionada para o custeio de sua família, o restante é para suprir suas próprias necessidades (ver tabela 16).

Tabela 17 - Valores recebidos pelos serviços prestados:

Pagamento	Valor	Informantes
Variável	R\$50,0 (por dia)	D
Mensal	R\$300,0	A, B, E
Mensal	R\$400,0	L
Mensal	R\$600,0	G, J
Mensal	R\$800,0	F, I, M
Mensal	R\$880,0	H
Mensal	Não especificou	C

Fonte do próprio pesquisador

Buscou-se também saber sobre a forma de acesso ao local de trabalho, se o trajeto é feito a pé ou através de algum meio de transporte. Sobre isso, tivemos como respostas: dez informantes afirmaram que vão a pé até seu local de trabalho; um informou que utiliza meio de

transporte próprio – um utiliza bicicleta para ir ao trabalho; um informante afirmou que utiliza uma motocicleta, porém não deixou claro se é ele que a pilota (ver tabela 17).

Tabela 18 – Meios de locomoção para chegarem ao trabalho:

Locomoção	Informantes
A pé	A, C, D, E, F, G, H, I, L, M
Bicicleta	B
Motocicleta	J

Fonte do próprio pesquisador

No que se refere ao turno de trabalho dos entrevistados, dois informantes trabalham no turno da manhã; três informantes declararam que desenvolvem sua atividade no turno da tarde; cinco disseram que trabalham no turno da noite e dois informaram que trabalham em dois turnos, vespertino e noturno (ver tabela 18).

Tabela 19 - Turno que trabalha:

Turno	Informantes
Manhã	E, L
Tarde	A, H, I
Noite	B, C, F, G, J
Manhã e noite	M, D

Fonte do próprio pesquisador

A respeito da carga horária dos entrevistados, foram informadas quantas horas por dia esses adolescentes trabalham: três dos informantes declararam que trabalham quatro horas por dia; três informaram que dedicam cinco horas por dia; dois falaram que trabalham seis horas por dia e mais quatro dos informantes declararam trabalhar de oito a nove horas por dia (ver tabela 19).

Tabela 20 - Carga horária de trabalho:

Horas de trabalho	Informantes
4 horas diárias	E, G, L

5 horas diárias.	A, B, H
6 horas diárias.	C, I
8 a 9 horas diárias.	D, F, J, M

Fonte do próprio pesquisador

Com relação a como esses entrevistados se sentem após sua atividade trabalhista: cinco informam que se sentem cansados; três se sentem bem, porém cansados; um dos entrevistados respondeu que se sente cansado e estressado; já outro informou que se sente cansado, sem tempo para o descanso e outros dois informaram que cansados, sem tempo para aproveitar a vida como realmente queria (ver tabela 20).

Tabela 21 – Como se sentem após o trabalho:

Sensação	Informantes
Cansado	A, B, C, D, E, F, H, J, L
Cansado e estressado	G
Cansado, e sem tem tempo para aproveitar a vida como deseja	I, M

Fonte do próprio pesquisador

No que diz respeito à relação de trabalho entre empregador e empregado, foi possível observar, através das respostas obtidas, que a relação é boa, pois onze dos informantes declararam terem uma ótima relação com seu patrão. Apenas um informou que não é uma relação tranquila (ver tabela 21).

Tabela 22 - A Relação entre empregador e empregado:

Relação	Informantes
Tem uma ótima relação com o patrão	A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L
Não tem uma boa relação com o patrão	M

Fonte do próprio pesquisador

O nível de pobreza de algumas famílias levam os adolescentes a terem que entrar precocemente no mundo trabalho. Sem muitas escolhas, se submetem a atividades que são

repudiadas pelo ECA. Questionados a respeito de seus sentimentos em relação à inserção precoce no mundo do trabalho, os entrevistados apresentaram seus pontos de vista a respeito. Observa-se que há, de modo geral, uma resistência e uma consciência de que estão assumindo responsabilidades ainda muito novos: dois pesquisados informaram que se seus pais tivessem mais condições econômicas eles não precisariam trabalhar; outros dois responderam que são responsáveis por seu sustento e de contribuir com a manutenção da família; cinco dos entrevistados informaram que têm seu tempo privado devido estarem trabalhando; dois pesquisados informaram que, além de trabalhar todos os dias, também trabalham nos dias de feriado. Apenas um informante declarou que está satisfeito com seu trabalho (ver tabela 22).

Tabela 23 – Sentimentos em relação a trabalhar na adolescência:

Motivos	Informantes
Necessidades econômicas da família	A, L C, G
Privados de seus direitos de adolescentes	D, E, F, H, I, J, M
Satisfeito com o trabalho	B

Fonte do próprio pesquisador

Os adolescentes que realizam os trabalhos na agricultura, restaurante, casa de família, supermercados, loja de construção e de roupas e nas feiras não têm vínculos empregatícios, não recebem salários de acordo com as leis trabalhistas, mas recebem determinadas quantias por seu trabalho prestado. Uns trabalham no turno da noite, como informa nossos entrevistados B, C, D, F, G, J, M, que é ainda mais prejudicial à saúde e ao seu desenvolvimento.

“O trabalho precoce pode agir negativamente. Sobre a educação, pode inviabilizar a frequência às aulas; quanto à formação ou ao desenvolvimento do indivíduo, o trabalho precoce pode envolver uma ou mais características prejudiciais.” (BATISTA, 2012, p. 33)

Portanto, os informantes compreendem que o trabalho na adolescência é prejudicial em seu desenvolvimento intelectual, físico e mental, pois eles se sentem cansados por conta de uma jornada de trabalho elevada. Os entrevistados D, F, J, M chegam a trabalhar, por dia, de 8 horas a 9 horas.

A justificativa para esses jovens trabalhadores estarem frente a essas atividades laborais é para contribuir no sustento familiar, pois nem todos os membros da família trabalham, como

apresenta a tabela 6. Além do informante, apenas um membro trabalha, sendo que a família que é constituída com seis integrantes. Fora essa renda, a única que possuem é o benefício Bolsa Família. Desse modo, resta aos informantes trabalharem para auxiliar nas despesas. A esse respeito, Batista (2012) faz o seguinte comentário:

“Trata-se de um trabalho informal que termina por ser de fundamental importância para a garantia de sobrevivência da família: este é o mecanismo que encontram para enfrentar as emergências e situações de agravamento de sua subsistência”. (BATISTA, 2012, p. 21)

Os estudos de LIRA (2021) destacam que uma das piores formas de atividade executadas por crianças e adolescente é o trabalho doméstico, por ser considerado invisível e oculto, o que implica diretamente em níveis elevados de exploração, como também pode ocorrer da criança ou adolescente trabalhador ficar exposto a abusos físicos e sexuais, ser mal remunerado e ter elevada jornada de trabalho:

“O trabalho infantil doméstico fere os direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes, que são impedidos pelas próprias condições de trabalho, de exercerem o direito à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer e a viver a própria infância. As consequências disso para a criança e para o adolescente apresentam-se em longo prazo, o que provavelmente dificulta a percepção de seus reflexos mais violentos.” (LIRA, 2021, p. 23, 24)

Vale ressaltar que o trabalho doméstico pode também ocorrer no próprio espaço familiar. Sabe-se que muitas crianças ou adolescentes são submetidas a jornadas de trabalho, sendo mais frequentes as responsabilidades por todos os serviços domésticos e cuidados com os irmãos mais novos em casa.

4.4- A relação trabalho e escola: Consequências, desafios e expectativas

A adolescência é o momento de construção do indivíduo para uma vida adulta de expectativas, mas quando as responsabilidades chegam antes da idade adequada e o tempo que antes era para se dedicar aos estudos, estar com a família, amigos e praticar esportes é substituído por atividades remuneradas, o adolescente terá consequências que poderão ser irreversíveis em sua vida.

Os estudantes entrevistados informaram, em poucas palavras, como vem sendo a sua rotina no dia a dia, se resumindo à escola, trabalho e descanso, pois esses jovens estão em fase de desenvolvimento e sendo privados de seus direitos.

Na tabela apresentada, estão as respostas obtidas pelos entrevistados: dois informaram

trabalham no turno da manhã e frequentam a escola à tarde; três declararam frequentar a escola no turno da manhã e trabalhar à tarde; quatro informantes frequentam a escola pela manhã e trabalham à noite; um entrevistado informou que frequenta a escola à tarde e seu horário de trabalho é noturno e se estende até a madrugada; e dois informaram trabalharem pela manhã e à noite, frequentando a escola à tarde (ver tabela 23).

Tabela 24 – Rotina de trabalho e escola dos entrevistados:

Rotina	Informantes
Trabalha no turno da manhã e frequenta a escola à tarde	E, L
Frequenta a escola no turno da manhã e trabalha à tarde	A, H, I
Frequenta a escola pela manhã, e trabalha a noite	B, C, G, J
Frequenta escola à tarde e trabalha à noite até a madrugada.	F
Trabalha pela manhã e a noite, à tarde frequenta a escola	D, M

Fonte do próprio pesquisador

O horário reservado para o lazer é referente à disponibilidade de cada informante, no entanto primeiro as responsabilidades para depois pensar no lazer: seis reservam o lazer no turno da noite; quatro no turno da tarde; um pela manhã e dois não conseguem tempo para o lazer.

O lazer considerado pelos entrevistados: dois informantes responderam que seu lazer é assistir filme; seis relatou que seu lazer é jogar futebol; dois disseram que seu lazer é sair com amigos; um falou que tem por lazer visitar os avós e o futebol; dois informantes declararam que não têm tempo para o lazer (ver tabela 24 e 25).

Tabela 25 - Horário reservado ao lazer pelos entrevistados:

Rotina	Informantes
À noite	A, B, E, H, I, L
À tarde	B, C, G, J
À manhã	F
Não tem horário para o lazer	D, M

Fonte: do próprio pesquisador

Tabela 26 – Formas de lazer dos pesquisados:

Lazer	Informantes
Assistir filme	A, H
Futebol	B, C, D, F, G, L
Sair com amigos	E, J
Sem tempo para o lazer	I, M

Fonte do próprio pesquisador

Na seguinte tabela será apresentado se os informantes, apesar da rotina dupla entre o ambiente escolar e o de trabalho, praticam algum esporte. Assim responderam: seis dos informantes afirmaram que praticam esporte, sendo que os outros seis declaram não praticar esporte (ver tabela 26).

Tabela 27 – Pratica de esportes:

Pratica algum esporte	Informantes
Sim	B, C, D, F, G, L
Não	A, E, H, I, J, M

Fonte do próprio pesquisador

A rotina enfrentada por cada entrevistado, muitas vezes, é corrida, devido seu dia estar comprometido com outra responsabilidade além do estudo. Os entrevistados identificados por B, M não têm tempo, pois trabalham em dois turnos (manhã e noite) e no período da tarde frequentam a escola. O trabalho, portanto, priva todo tempo que deveria ser dedicado à família, ao lazer e aos estudos.

A infância e a adolescência devem ser vistas como fases da vida a serem dedicadas à educação e não ao trabalho. Porém, não é bem assim, pois eles necessitam frequentar o trabalho para conseguirem renda para contribuir no sustento da casa e atender algumas de suas necessidades.

Mesmo diante disso, é necessário que todos possam dedicar um momento para o lazer, pois não praticar nenhuma atividade física pode acarretar doenças ainda na infância e na adolescência. Caminhar, jogar futebol, praticar alguma arte cultural ou marcial faz bem à saúde, mesmo destinando pouco tempo fará toda diferença em seu bem-estar. Segundo Kassouf (2015), “quanto mais cedo o indivíduo começa a trabalhar pior é o seu estado de saúde em uma fase adulta da vida, mesmo controlando a renda, escolaridade e outros fatores.” (KASSOUF,

2015, p. 15). No entanto, para Paganine (2014), o trabalho desenvolvido desde a infância ou adolescência ocasionará danos que refletirão na vida adulta.

“Levando-se em consideração que tanto a criança quanto o adolescente, encontram-se em fase peculiar, de pessoa em desenvolvimento, todos os abalos nocivos acarretados no ambiente de trabalho repercutem sobre eles em dobro, causando sérias consequências psicológicas e abalos para sua saúde, que na maioria das vezes irão se manifestar na idade adulta.” (PAGANINI, 2014, p. 33)

Ao analisar as rotinas dos informantes, conclui-se que as atividades laborais realizadas durante a adolescência os privam de seus direitos reconhecidos por lei na Constituição Federal de 1988 e no que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 60. Esses jovens têm diminuído o acesso ao lazer, ao esporte, à convivência em família e aos estudos (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa pesquisa, podemos constatar como há adolescentes inseridos em atividades de trabalho remuneradas. Mesmo com a existência das leis vigentes, torna-se evidente que a fiscalização tem sido falha. Está longe de se ter erradicada a exploração da mão de obra desse público adolescente, pois, como apresentamos, ainda há jovens dividindo seu tempo entre a escola e o trabalho, longe daquilo que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que só permite o trabalho a partir dos 14 anos se este acontecer dentro dos moldes de “menor aprendiz” e tendo todos os seus direitos trabalhistas assegurados.

Não podemos aceitar que em pleno século XXI ainda predomine a ideia de que o trabalho precoce ajuda na formação do indivíduo. Cientificamente está comprovado que essas atividades desenvolvidas desde cedo provocam danos irreversíveis no desenvolvimento intelectual, psíquico e físico, privando-os de seus direitos.

No entanto, o que justifica a ida desses sujeitos, desde sua adolescência, a buscar oportunidades de trabalho remunerado é a condição econômica familiar, pois apenas um dos representantes familiar trabalha ou recebe o benefício do Governo Federal - Bolsa Família.

As atividades trabalhistas desenvolvidas pelos entrevistados não estão em conformidade com o Estatuto da Criança e o Adolescente (ECA), pois o Art. 60 diz que “É proibido qualquer trabalho a menor de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.” (BRASIL, Estatuto da Criança e o Adolescente, 1990). Pela análise, viu-se que todos estão desenvolvendo atividades laborais sem ser na condição de estagiários.

Para os adolescentes maiores de quatorze anos de idade, o Art. 65 declara que “ao

adolescente aprendiz, maior de quatorze anos é assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários.” (BRASIL, Estatuto da Criança e o Adolescente, 1990). Contudo, nossos informantes declararam que não possuem qualquer vínculo trabalhista, ou seja, trabalham irregularmente e recebem valores irrisórios.

Ao analisar as respostas obtidas, ficou notório que a entrada precoce dos adolescentes no mundo do trabalho é um dos fatores que interfere diretamente no seu rendimento escolar por conta do cansaço, estresse, perda de sono, fatores que contribuem para a perda do foco e desinteresse nas matérias.

Frente a essa situação, podemos constatar que se faz necessário que as políticas públicas existentes sejam melhor administradas e distribuídas e que haja fiscalização pelos órgãos públicos responsáveis, como também, para a sociedade civil. Cabe a cada um de nós, cidadãos, nos sensibilizarmos e denunciarmos situações de abuso e exploração desses jovens.

Quando todos trabalharem em conjunto na tentativa de erradicar o trabalho infantil para proteger todas as crianças e adolescentes que vêm sendo lesados, veremos mudanças dentro da sociedade, uma vez que não mudará apenas a vida de um adolescente, mas estará formando uma nova sociedade.

A partir das conclusões, surgem algumas questões para serem aprofundadas no desenvolvimento de trabalhos futuros: Os motivos que levam aos adolescentes estarem com atraso no ano escolar e sua defasagem; verificar o ambiente e as condições de trabalho que os adolescentes vêm desenvolvendo; pesquisar a inserção precoce nos trabalhos noturnos que se estendem até o horário da madrugada; ouvir quais são as expectativas futuras dos adolescentes que dividem seu tempo entre o ambiente educacional e de trabalho.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Márcio Eduardo Garcia. O trabalho infantil afeta o desempenho escolar no Brasil?. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente-versão-2019.

BRASIL. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador / Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. – 2. ed. – Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

BRASIL. Consolidação das leis do trabalho – CLT e normas correlatas. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 4. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

CECCON, Claudius. HAPER, Babette, OLIVEIRA Miguel Darcy. OLIVEIRA, Rosiska Darcy. CUIDADO, ESCOLA! Desigualdade, domesticação e algumas saídas. 24^a ed. Petropolis, RJ. (editora brasiliense. 1982.

COÊLHO, Ailta Barros de S.R. Política de Proteção à Infância e Adolescência e Descentralização: O Caso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de João Pessoa -PB. Joao Pessoa - PB, 1997. In MENEZES, Germana A. A presença da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Paraíba: dilemas da formação e da participação. Tese de Doutorado, Recife- 2006.

CURY, Munir, (coord.) Estatuto da criança e do adolescente comentado, comentários jurídicos e sociais, 6º ed,São Paulo, -SP, 2003.

DA SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio

e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**, v. 43, n. 3, p. 521-534, 2018.

DIAS, Fábio Muller Dutra; LIBERATI, Wilson Donizeti. Trabalho infantil. São Paulo: Malheiros. Editores, 2006.

FACHIN, Odilia. Fundamentos de Metodologia. 5 ed (rev)- São Pessoa: Saraiva, 2006.

FERRO, Andrea Rodrigues. Avaliação do impacto dos programas de bolsa escola no trabalho infantil no Brasil. 2003. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel, O Estatuto da criança e do Adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação. São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Raphael Mendonça; ASMUS, CIRF. Desigualdades sociais e trabalho infantil no Brasil. Cadernos de Saúde Coletiva, v. 18, n. 4, p. 572-7, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LIRA, Terçália Suassuna Vaz O sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes. – Campina Grande: EDUEPB, 2021.

KASSOUF, Ana Lúcia. Evolução do trabalho infantil no Brasil. Sinais Sociais, v. 9, n. 27, p. 9-45, 2015.

MARCÍLIO. M. Luiza. História Social da Criança Abandonada. São Paulo, HUCITEC, 1998. In MENEZES, Germana A. A presença da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Paraíba: dilemas da formação e da participação. Tese de Doutorado, Recife- 2006.

MALHEIROS, Bruno Taranto. Metodologia da pesquisa em educação/ Bruno taranto Malheiros. – Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MENEZES, Germana A. A presença da Sociedade Civil nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente na Paraíba: dilemas da formação e da participação. Tese de Doutorado, Recife- 2006.

MINAYO, M. Cecília. O desafio do conhecimento_ 7º edição, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MONTE, Paulo Aguiar do. Exploração do trabalho infantil no Brasil: consequências e reflexões. *Economia*, v. 9, n. 3, p. 625-650, 2008.

PAGANINI, Juliana. Os impactos do trabalho infantil para a saúde da criança e do adolescente. *Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*, n. 11, 2014.

PAULINO, Clenice da Silva Batista, 2012, pequenas mãos que produzem: a questão do trabalho infantil no povoado de Alagoinha – PB.

SCHWARTZMAN, Simon; SCHWARTZMAN, Felipe Farah. *Trabalho infantil no Brasil*. 2001.

APÊNDICE

Questionário aplicado aos alunos do ensino fundamental II a uma Escola da rede municipal de ensino de Belém-PB



Universidade Estadual da Paraíba

Prezado estudante da escola Anita Barbosa de Melo sou estudante do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e estou realizando um estudo sobre os estudantes que trabalham e estudam e que moram no município de Belém-PB. Espero contar com sua contribuição para responder este questionário.

1. Dados pessoais do entrevistado:

Dados de Identificação do Aluno

Nome: _____

Idade: _____

Reside em zona rural ou urbana?

Você considera-se uma pessoa:

() Branca () Parda () Amarela () Preta () Indígena

1- Quantos familiares residem com você no mesmo imóvel?

1.1- Os seus responsáveis (pai, mãe, avós) tem alguma renda? Se sim, onde eles trabalham?

Dados sobre a vida escolar do aluno

Nome da escola que está matriculado: _____

Série: _____ Turno: _____

2- Nesse momento de pandemia da Covid-19, como você continuou estudando? E quais meios foram utilizados?

a. Qual matéria de maior preferência?

b. Matéria de menor preferência?

c. Você já foi reprovado alguma vez? Em caso positivo, pode dizer qual foi o motivo?

d. Como se sente após a aula?

2.1- Quanto tempo tem de descanso entre a aula e o trabalho?

2.2- Cite três momentos em que você percebeu ou percebe que a atividade/trabalho que você desenvolve, atrapalhou a sua vida como estudante.

3- Fale um pouco sobre o que costuma fazer em seu dia a dia

Manhã: _____

Tarde: _____

Noite: _____

3.1- Quais são os momentos que você considera lazer em sua vida?

3.2- Em seu dia-a-dia, você reserva algum horário para o lazer? Informe qual e o descreva o que você faz nesse horário?

3.3- Você pratica algum esporte?

4- . Você trabalha?

() Sim

() Não

4.1- Quais os momentos que considera trabalho?

4.2- Na atividade considerada por trabalho, quantas horas por dia você se dedica?

4.3- Você recebe algum valor financeiro por semana ou por mês para realizar essa atividade? Ou recebe outro tipo de pagamento? Pode informar como acontece isso?

4.4- Em caso de receber em dinheiro, poderia informar quanto recebe? (Pergunta livre para responder ou não)

4.5- Você utiliza algum transporte para chegar até ao local de trabalho?

4.6- Qual a sua opinião sobre o trabalho que tem? Gosta, não gosta como é a relação com o patrão/a? Como se sente ao fim do expediente?

4.7- Cite três momentos em que você não gostaria de precisar trabalhar.

4.8- Após as atividades em que você frequenta como se senti? Explique.
